



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638344 - GO (2021/0000701-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LUAN FELIPE DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADOS : LUAN FELIPE DE SOUZA - GO054994
CARLOS HENRIQUE DE SOUSA - GO046806
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : R DOS S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. dos S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5576615-62.2020.8.09.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 213, § 1º, do CP.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* com base na seguinte fundamentação (fls. 279-280):

Tem-se dos autos que a mãe da adolescente registrou ocorrência após tomar conhecimento dos supostos abusos sexuais, em que a filha foi obrigada a suportar durante um ano (dos 15 aos 16 anos de idade); que conviveu com ele, tendo inclusive engravidado; a ela contou que Roosevelt, na tentativa de realizar o aborto, acionou a polícia informando que a menor tinha sido abusada por desconhecido em uma festa; o aborto não foi possível em razão do período gestacional; a adolescente deu a luz a Brayan Borges em 16.01.2019; em dezembro, a família tomou conhecimento de que o pai do recém-nascido era Roosevelt, através das mensagens de texto enviadas por ele a ela com cunho intimidatório e ameaçador, caso não o permitisse ver o filho. Depois, sobreveio registros de ocorrência das outras filhas do paciente, Millena Fabiana Vaz e Jordana Leão dos Santos, informando também ter sido vítimas de crime sexual perpetrado pelo genitor no período que residiram com ele.

[...]

De início, cumpre dizer que a questão referente ao mérito da ação penal, negativa de autoria e consentimento da vítima, não tem lugar neste espaço.

Lado outro, quanto à alegação de que o paciente não foi submetido à audiência de custódia, o que levaria à ilegalidade de sua prisão, devido observar que a segregação cautelar do acusado não derivou de prisão em flagrante, mas sim de cumprimento de mandado de prisão preventiva.

Sabe-se que a audiência de custódia é formalidade processual decorrente do encarceramento em flagrante delitivo (art. 310 do CPP).

Sobre a produção antecipada da prova, a impetração não trouxe comprovação de ilegalidade que possa ser vista de plano, não se vislumbrando nenhuma nulidade manifesta, passível de ser sanada pela via mandamental.

Ademais, a decisão apresenta motivação suficiente, com suporte nos elementos informativos do inquérito policial, para demonstrar que a medida é necessária para apuração dos fatos investigados, notadamente por se tratar de investigação em andamento de suposto crime sexual, imperiosa a oitiva da vítima menor em forma de depoimento especial para a melhor instrução do inquérito policial e futura formação da opinião do delito.

[...]

Com relação ao alegado cerceamento de defesa, por ter sido negado acesso aos autos, antes da prisão, a restrição ficou superada com o despacho determinado a intimação do paciente para participação da audiência realizada no dia 06.11.2020, depoimento especial, e apresentação de resposta à acusação.

Cumprе ressaltar que o acesso da defesa na fase inquisitorial não é absoluto, e certo que o sigilo é assegurado em face da necessidade de elucidação dos fatos (artigo 20 do Código de Processo Penal).

A Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal, inclusive, restringe-se aos elementos já documentados nos autos do procedimento administrativo; hipótese que não se enquadra na pendência do cumprimento de diligência a ser efetuada sob sigilo, como ocorreu no caso (cumprimento de mandado de prisão preventiva), sob pena de inviabilizar a investigação.

Noutro tanto, observa-se que o decreto prisional estriba-se na gravidade concreta da conduta, dada a informação de que o paciente não só teria abusado reiteradas vezes e engravidado a vítima, mas também após a descoberta da paternidade por familiares, continuou a importuná-la com constantes ameaças. Ainda, ressaltou, a periculosidade do agente, pelos depoimentos de outras filhas biológicas que teriam sido abusadas sexualmente pelo paciente.

Das razões invocadas por Sua Excelência a mais substancial é a possibilidade de coação da adolescente, o que, se ocorrer de fato, pode mistificar a prova a ser produzida em instrução criminal.

Isso pode fornecer substrato idôneo para afastar o indiciado da possibilidade de entrar em contato com a adolescente e manipular a prova na fase judicial ou até reiterar a conduta incriminada.

O impetrante alega que há irregularidade no inquérito policial em razão do indiciamento do paciente antes mesmo da oitiva da vítima; violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa em razão de os advogados do paciente não terem acesso aos autos; nulidade da produção antecipada da prova; constrangimento ilegal em razão da não apresentação do paciente em juízo no prazo de 24 horas; ausência de justa causa por não estar comprovada a autoria e a materialidade do delito de estupro.

Sustenta, ainda, haver constrangimento ilegal por não estarem presentes os requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP e pela ausência de fundamentação da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva.

Requer, liminarmente, o reconhecimento das nulidades absolutas ou a

revogação da prisão preventiva, ou sua substituição por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP ou por prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente